

O trabalho de coordenação, pesquisa e redação desta reportagem
é do repórter Armando Bulcão. Diagramação Sílvio Afonso

Constituinte 46/ Constituinte 87

Qualquer semelhança é mera coincidência

Parece que foi ontem. Mas pode ser amanhã. A semelhança não será mera coincidência. Entre 46 e 87, há 41 anos de distância, dois "Brasis" diferentes, mas s incríveis coincidências. Vivíamos como hoje uma "abertura", vindos de um regime ditatorial e a palavra de ordem, dos liberais aos conservadores, da esquerda à direita, era uma só: democracia. Ontem, como hoje, a Assembléia abriu seus trabalhos discutindo a sua questão mais nobre, mas também mais indiscutível: sua soberania. Hoje, como ontem, estamos ansiosos pelas mudanças — ou retrocessos — que poderão vir com a nova Carta. Nessa reportagem especial você vai conhecer um pouco desse passado e, quem sabe, antever um pouco de nosso presente e de nossa futura Carta. Você vai saber por exemplo como foram os debates nas primeiras sessões da Assembléia de 46 e também como

foi — e, quem sabe, como será — a última. Uma entrevista com o cientista político João Almino, que fala sobre a ideologia dos partidos de 46, que ele denomina de "liberalismo brasileiro", ou, mais simplesmente, "liberalismo autoritário". Também na reportagem, o papel da Imprensa, a atuação do Partido Comunista na sua breve legalidade e a participação das entidades civis na luta pela democracia.

Na verdade, uma viagem de volta para o futuro, para tentar entender o paradoxal processo político brasileiro, que vai de uma ditadura a outra ditadura, com breves espasmos democráticos. Um aviso a novos navegantes, que ontem, como hoje, podem produzir novamente uma Constituição Liberal conservadora, mais conservadora do que liberal.

TEMPO DE LIBERDADE

Constituinte/46

Getúlio fora do poder. No rádio Tico-Tico no fubá

1945 foi o ano da bomba atômica e também o ano do fim da guerra quente e do início da guerra fria. Na era do rádio tupiniquim, os sucessos de Carinhoso, Tico-Tico no Fubá, Aquarela do Brasil, em 45 rotações, nas vozes inesquecíveis de Orlando Silva, Ademilde Fonseca, Francisco Alves, Vicente Celestino, estrelava nas telas do Rio. O Ébrio. Nos cinemas, também em cartaz, "a espetacular queda de Getúlio", e "a condenação de Laval", segundo o anúncio, "o líder pró-nazi da França que vê chegar seu FIM!".

1945 foi também o ano da anistia, da legalização do Partido Comunista, da queda do Estado Novo, das eleições diretas para Presidente da República, para Câmara e para o Conselho, que a partir daquele ano passou a ser chamado de Senado. Em 46, como hoje, saíamos de uma ditadura, no caso de Vargas, ingressando num processo Constituinte, numa transição do autoritarismo para democracia, ontem como hoje, negociada entre as elites.

As semelhanças entre os dois processos constituintes, de 46 e 47, começam por aí.

Getúlio, como um Golbery da época, foi o grande articulador da transição. Dera início ao processo, negociando a anistia, inclusive com Prestes, que saiu da prisão mediante um acordo, segundo o qual apoiaria Getúlio. No comício do Partido, em São Paulo, Prestes lançaria a palavra de ordem "Constituinte com Getúlio".

Mas Getúlio foi derrubado, assumindo interinamente o ministro do Supremo Tribunal, José Linhares, que convocou as eleições, dentro da legislação eleitoral baixada por Getúlio. Dai não ser coincidência que o partido com maior representação no Congresso investido de poderes constituintes fosse justamente o PSD, partido de Getúlio, que na mesma eleição elegeu-se deputado e senador, por alguns estados, conforme permitia a legislação. Elegeu também o presidente, general Eurico Gaspar Dutra, ex-ministro da Guerra do Estado Novo, que juntamente com Góis Monteiro depusera o ditador Vargas, do qual no entanto não pode prescindir para se eleger.

Na Assembléia, a correlação de forças se mantinha. O PSD, partido majoritário, possuía 173 dos 320 assentos

do plenário, cerca de 54%. O PSD, assim como o PTB, eram partidos criados por Vargas, montados na máquina do Estado Novo. Juntos projetaram a presença do regime deposto sobre a Assembléia. A UDN seria o PMDB de hoje, só que em segunda maioria, 85 cadeiras, 26% do plenário. Reunião desde políticos liberais, a oportunistas dissidentes de Vargas.

Na prática o PCB, como os demais partidos pequenos, pouco puderam fazer para influir no texto da Carta. A constituinte de 46 foi na verdade o resultado do acordo entre os dois grandes partidos, o PSD, conservador, e a UDN, que a partir de março de 46, passou a integrar o governo de colisão nacional formado por Dutra, na base de um acordo em que o mandato presidencial foi reduzido de seis para cinco anos.

Dutra governou praticamente sem oposição, através de Decretos-Leis acima portanto da Constituinte. A comissão encarregada de redigir o anteprojeto ficou designada com 19 membros do PSD, 10 da UDN, 2 do PTB e 5 dos demais pequenos partidos, incluindo o PCB, e resolveu tomar como base para os trabalhos a

Constituição de 34. A constituinte redigida foi por conseguinte, "liberal conservadora", mais conservadora do que liberal.

A democracia foi sem dúvida o grande "motor" desta carta. A constituinte de 46 surgiu, em 45, dentro do espaço de abertura democrático surgido após a queda do Estado Novo. Mas no decorrer do ano de 45 os limites deste espaço foram se tornando cada vez mais evidentes, como evidente também se tornou o "fechamento", que se inicia no segundo semestre de 46.

A 18 de setembro, a Carta de 46 foi promulgada, após sete meses e meio de debates, um tempo recorde, se considerarmos a magnitude da tarefa, mas explicáveis pelos limites do acordo estabelecido entre as elites. O então senador Luis Carlos Prestes, ao colocar sua assinatura na Constituição, disse que o fazia sob reservas, por que a considerava no conjunto reacionária. Getúlio Vargas, que não comparecera à abertura, também não compareceu à promulgação. A Constituição de 46 durou até 64. A democracia, tão alardeada pelos democratas de 46, não resistiu sequer até o ano seguinte.

IMPRENSA

Constituinte/46

Com muita força e prestígio, mas se adaptando à liberdade

A imprensa fazia as pazes com a democracia. Ajudara a derrubar o Estado Novo, vendendo na prática a censura do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) com a publicação da entrevista de José Américo no Correio da Manhã. O então cronista Marcelo Pimentel, hoje ministro e presidente do Tribunal Superior do Trabalho, lembra-se da Constituinte de 46 como uma época de grandes jornalistas e notáveis constituintes.

Um grupo de jornalistas cobria o pleno (hoje plenário), lembra o ministro. Outro cobria as comissões e havia ainda os cronistas políticos. Só estes assinavam matéria. Um time que contava com nomes como o de Castello Branco, Murilo Lima, Pedro Dantas. Tendo contribuído decisivamente na derrubada da ditadura, o jornal era

um veículo prestigiado e os cronistas respeitados. Tinham acesso fácil aos ministros, com quem conversavam longamente, e ao próprio Dutra, que demonstrava um grande apreço à imprensa, mas falava pouco.

Na tribuna da Constituinte, homens como Gustavo Capanema, Nereu Ramos, Hermes Lima, Juscelino Kubitschek, Nestor Duarte, Getúlio Moura, Otávio Mangabeira e a bancada comunista, que contava, dentre outros, com Jorge Amado, Carlos Marighela, Júlio Prestes, pertencentes ao Partido Comunista do Brasil.

"A imprensa tinha uma força fantástica", lembra o ministro Pimentel. Não havia, por outro lado, o problema de hoje, da atual Constituinte: as linhas ideológicas estavam bem definidas e a Constituinte se limitou a conter os comunistas, que em minoria, pouco puderam influir

na Carta. Quando o projeto de Constituição foi à votação, já era um projeto aprovado. O mais discutido, lembra-se o ministro Pimentel, foram as disposições transitórias.

POMPEU
O senador Pompeu de Souza,

Os jornalistas na "terra de ninguém"

Se consultados hoje, os anais os debates da Constituinte de 46, algumas vezes, não se referem especificamente a nenhum senador ou deputado constituinte, como o autor de certos apartes. Apenas uma referência breve: sr. deputado, ou então, sr. senador. Quem explica por que, é o Senador e jornalista Pompeu de Souza, que participou indiretamente da cobertura da Constituinte de 46.

As sessões plenárias aconteciam no Palácio Tiradentes, no plenário da câmara dos deputados, que era pequeno, em vista das bancadas dos partidos. Entre a mesa e as banca-

das, havia um espaço livre, chamado pelos jornalistas "terra de ninguém". Embora tivessem também suas bancadas, os jornalistas costumavam ficar por ali, durante as sessões.

Nos debates, às vezes acalorados, formavam-se grupos exaltados e, não raro, um jornalista, também exaltado, pedia a palavra e fazia o seu aparte. A estenógrafa, na dúvida, transcrevia o aparte e assinalava "sr. deputado" ou "sr. senador", sem arriscar-se a nomeá-lo, legando ao futuro o aparte de nobres jornalistas.

atualmente constituinte eleito por Brasília, embora não tenha trabalhado diretamente da cobertura do dia dos trabalhos no Palácio Tiradentes do Rio — onde funcionou a Assembléia —, foi na época chefe da redação do Diário Carioca. Pompeu participou não apenas como jornalista, mas também como conspirador na derrubada de Getúlio.

A imprensa estava desacostumada à liberdade, lembra o Senador Pompeu, e como durante muito tempo foram proibidas matérias políticas (refugiadas temporariamente nas Editorias Internacionais), os jornais tiveram que improvisar sua cobertura.

Na equipe do Diário estavam, dentre outros, os irmãos Fernando e Otto Lara Rezende, Ney Peixoto de Castro e, o até então cronista de turfe, Pedro

Dantas, codinome Prudente de Moraes Neto, neto do presidente.

Para chefiar a reportagem Pompeu escolheu o hoje conhecido colonista Castello Branco. A cobertura do Diário, conta Pompeu, começou a ser feita desde o dia da instalação. Carlos Lacerda, que recentemente saiu do Diário para ingressar no Correio da Manhã, foi designado para a mesma função de Castello, mas não compareceu. No Jornal do dia seguinte, Castello estreava uma coluna com o título "Da Bancada da Imprensa". Distração ou coincidência, no dia posterior, Carlos Lacerda iniciava sua coluna com o mesmo título. Pompeu ligou, Lacerda se desculpou e mudou o nome da coluna para "Tribuna da Imprensa", nome que levou para o jornal que mais tarde iria fundar.

O mandato do presidente, se recorda o senador, não foi alvo de grandes debates. Mesmo assim, fixado em 5 anos, os constituintes começaram a se movimentar — como hoje — para reduzi-lo. O próprio Dutra terminou por antecipá-lo, reduzindo o seu mandato para 4 anos. Na opinião pública, porém, diz o senador, pouco interesse despertava então a Constituinte, que não mobilizou senão as elites.

Sau uma constituição bastante liberal, diz Pompeu, muito pouco ou quase nada preocupada com as disposições referentes à justiça social, ligada principalmente ao liberalismo ortodoxo. Como houve o golpe — lembra Pompeu — a Constituinte preocupou-se sobretudo em coibir o arbitrio.



19 de setembro de 1946. A manchete da Folha Carioca é a promulgação da Constituinte. No outro título, a maioria de Nereu Ramos, que seria eleito no dia seguinte vice-Presidente da República

